

OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO DOCENTE NUM CONTEXTO DE INCLUSÃO: ALGUMAS REFLEXÕES

Elisangela Pereira Lima ¹
Mércia Araújo da Silva ²

RESUMO

Tratar acerca da inclusão de alunos com necessidades especiais na educação regular brasileira é fundamental, tendo em vista que esse é um dos temas mais discutidos nessa área nas últimas décadas. Porém, ele vem sendo embasado em experiências isoladas ou, na maioria, está amparado nas legislações em vigor e elas visam garantir na estrutura das escolas públicas condições dignas para a oferta de um atendimento que possa estabelecer o compromisso da gestão pública com a organização e a oferta centrada nas necessidades educacionais específicas de estudantes da Educação Especial, cada vez mais presentes na rede de ensino municipal e estadual. No entanto, faltam subsídios e capacitação adequada para os docentes que atuam nas diversas áreas do conhecimento e que, em sua maioria, não se sentem preparados para receberem os alunos com necessidades especiais em suas turmas. Assim, o desenvolvimento da qualidade nos sistemas educacionais está diretamente vinculado à formação do professor e à promoção de ações que possibilitem ao docente a aquisição de competências para ensinar a todos na sala de aula, de modo a serem capazes de responder à diversidade dos estudantes, a qual se constitui como uma realidade presente nas escolas do século XXI.

Palavras-chave: Formação Docente, Educação Especial, Inclusão, Ensino.

INTRODUÇÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que é mencionada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996). Ela está inserida no contexto brasileiro em níveis diferenciados da educação escolar formal: educação básica, que vai desde a educação infantil até o ensino médio, e ensino superior..

Os alunos da Educação Especial possuem necessidades individualizadas e diferenciadas dos demais alunos do ensino regular e são atendidos independentemente dos níveis, etapas e/ou modalidades em que estiverem matriculados. Portanto, é necessário que os docentes utilizem práticas pedagógicas inclusivas e métodos de aprendizagens específicos para esses alunos.

¹ Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú, elisangela.pl677@gmail.com;

² Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera, smerciaraujo@gmail.com;

Desse modo, para que a inclusão de fato aconteça é necessário que haja uma reestruturação das metodologias e didáticas, pois a educação inclusiva é desafiadora para os professores e alunos, caracterizando-se como um processo que continuamente deve promover diálogos e fomentar o respeito às diferenças (LEONEL; LEONARDO, 2014). É importante destacar que o processo de aprendizagem não pode se classificar apenas como uma mera transmissão de informação, mas deve-se considerar uma transição entre os paradigmas diferenciados do conhecimento no ensino regular.

Dessa forma, a estrutura educacional precisa preparar seus professores para utilizarem metodologias embasadas em modelos inclusivos, de maneira a torná-los comprometidos com a promoção da igualdade de oportunidades para todos os alunos (GAIO, 2004). Sendo assim, é necessário que sejam redefinidos alguns conceitos sobre a educação inclusiva, devendo ir além do acolhimento dos alunos com necessidades especiais no contexto escolar, sendo capaz de oferecer-lhes condições adequadas para o desenvolvimento de sua aprendizagem de maneira significativa (MARLI, 2008).

Embora, no atual cenário educacional haja legislações pertinentes à educação especial, como a Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão, ainda encontram-se barreiras que impedem que a aplicação dessas leis sejam de fato efetivadas na prática escolar. Dentre os problemas enfrentados, verifica-se um grande despreparo por parte dos educadores e dos alunos, além dos educadores terem que assumir uma sala de aula muitas vezes desestruturada e com muita indisciplina.

O papel principal da escola inclusiva é saber reconhecer a diversidade e também a heterogeneidade dos atores sociais que a compõem. O método de ensino inclusivo deve fundamentalmente ser capaz de garantir oportunidades para que esses alunos participem de toda a dinâmica de realização das atividades na sala de aula.

É fundamental que as barreiras que dificultam a aprendizagem sejam identificadas e que os sujeitos envolvidos no processo educativo se comprometam em removê-las, a fim de que cada aluno seja contemplado e essencialmente respeitado em seu processo de aprendizagem (LEONEL, 2014), visando, pois, alcançar uma sociedade justa e inclusiva.

Nessa perspectiva, este estudo bibliográfico pretende realizar algumas reflexões acerca da formação e atuação docente no contexto da inclusão de alunos com necessidades educativas especiais, tais como a falta de uma formação profissional adequada para lidar com a diversidade da sala de aula, escassez de recursos externos, falta de mão de obra qualificada, dentre outros fatores que permeiam o contexto da educação pública nacional.

METODOLOGIA

As questões de pesquisas científicas devem fundamentalmente estarem no contexto atual, focadas e específicas na área escolhida, devendo apresentar relevância social e científica, de modo a tentar fornecer respostas que possam proporcionar novos *insights* e promover possíveis soluções ao problema enfatizado (FLICK, 2013).

Assim, a presente pesquisa caracteriza-se como um estudo bibliográfico acerca de reflexões que envolvem o trabalho docente no contexto da Educação Especial na rede regular pública de ensino, objetivando gerar benefícios para o trabalho docente, ressaltando a necessidade de novas pesquisas para a formação dos professores sobre o tema abordado.

Conforme Ludwig (2009, p. 51), podemos definir a pesquisa bibliográfica como “[...] o ato de procurar, recolher, analisar, interpretar e julgar as contribuições teóricas já existentes sobre um certo assunto”. Partindo dessa definição, podemos refletir sobre as dificuldades dos docentes em estarem em constante formação, devido a vários fatores, tais como: recursos financeiros, indisponibilidade de tempo, pouco acesso pelas secretarias municipais, entre outros.

Gil (2008, p. 65) explicita que a principal vantagem da pesquisa bibliográfica está relacionada ao fato de permitir “[...] ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica possibilita uma revisão do que vem sendo apontado por pesquisadores acerca dos principais desafios enfrentados no chão da sala de aula. Foram selecionados, portanto, textos que possibilitaram a ampliação do assunto, assim como a inspiração constante e permanente do saber-fazer docente, fazendo-nos refletir sobre possíveis causas e soluções que possam melhorar a qualidade do serviço educacional prestado para alunos que fazem parte da Educação Especial.

REFERENCIAL TEÓRICO

A partir dos referenciais e metodologias sobre a trajetória histórica do educador surge a necessidade de formação continuada. Nessa conjuntura,

A necessidade da valorização da profissão do professor também alavancou a procura pela sua formação acadêmica, explica que este reconhecimento aconteceu em compasso com a valorização exclusiva do conhecimento e saberes específicos do professor em suas disciplinas (década de 60) e o destaque dos aspectos

didáticos-metodológicos voltados à tecnologia de ensino (década de 70) e se encerrando pela dimensão sociopolítica e ideológica da prática pedagógica (década de 80). (MARLI, 2008, p. 57)

A grande maioria dos alunos com necessidades educacionais especiais possuem déficits em áreas significativas. É imprescindível que o professor atue para que sejam superadas as dificuldades que impedem a aquisição de habilidades essenciais para a inclusão, estimulando os seguintes aspectos no processo de ensino e aprendizagem: afetividade, socialização e ludicidade, linguagem e comunicação, educação psicomotora, música e arte. (VELTRONE, 2008). Assim, Cappellaro-Kobren, Correa e Minetto (2017):

apontam para a reflexão de que os sistemas educacionais devem preparar seus alunos para o convívio e atuação social em sistemas que não são previsíveis e estáveis para que estejam melhor preparados para adentrarem na complexa sociedade. A possibilidade de conviver com as diferenças possibilita que professores e alunos se depararem com incertezas, e requer que o pensar e o conhecer dialoguem com a incerteza e aguardem o inesperado.

Na concepção histórico-crítica, Saviani (2001) aponta que o papel do professor no processo de inclusão é fundamental, uma vez que ele é o mediador do processo ensino/aprendizagem. Isso evidencia que, por mais que haja amparo legal quanto à inclusão das pessoas com necessidades especiais, as diretrizes determinadas por meio das leis carecem da ação dos professores, os quais são os maiores responsáveis pela adaptação e colaboração de todos alunos que fazem parte da educação especial (SAVIANI, 2001). Logo,

[...] a melhoria da formação dos professores da rede regular de ensino em relação às necessidades educacionais especiais; a definição de uma política que venha subsidiar princípios e práticas para as necessidades educacionais especiais, criando normas uniformes sobre a igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência – física, intelectual, social, emocional, lingüística ou outras -; e desenvolvimento de uma pedagogia que se ajuste às necessidades de cada criança, ao invés de cada criança se adaptar aos supostos princípios quanto ao ritmo e a natureza do processo educativo (SAVIANI, 2001, p.87).

Considera ser indispensável uma reforma na formação dos professores que precisam aprender a identificar e atender às necessidades especiais de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos com ou sem deficiência(s). Khater (2014) considera complexo o processo de integrar efetivamente uma pessoa com deficiência ao sistema regular de ensino. O autor destaca que são necessárias mudanças significativas nos programas educacionais, nas metodologias de ensino, assim como a criação de serviços que ofereçam a essa população experiências ricas de convivência social respaldadas em suas potencialidades, além do envolvimento com a comunidade e a família.

Mazzota (2001) também compreende a inclusão escolar como um processo complexo, envolvendo a construção de uma educação que abranja todos os cidadãos. Implica uma ação

baseada no princípio de inclusão para todos, independentemente de suas limitações e possibilidades individuais. Gaio (2004) considera que a escola inclusiva apenas se concretizará no país a partir de condições disponíveis aos docentes sobre recursos humanos, pedagógicos e materiais. Nesse sentido,

A prática pedagógica na educação especial deve buscar identificar crenças em relação ao desenvolvimento das crianças, sendo estas compreendidas principalmente, por aspectos ligados aos atrasos que a criança apresentava (negativas) e às suas conquistas (positivas), o que representa o modo como estes pais direcionam suas práticas educativas parentais. (CORREA, 2019)

Nunes, Belchior e Bryant (2001) relatam em suas pesquisas que além de ressaltar a formação do professor está inserido no processo de autoformação, sendo que é preciso abordar os seus referenciais metodológicos *versus* os saberes das práticas, que são fortemente vivenciadas em seu cotidiano. Assim,

Todas as escolas que atendem à proposta de inclusão precisam responder às dificuldades de seus alunos, atendendo aos diferentes desafios, estilos e ritmos de aprendizagem, com vistas a assegurar uma educação de qualidade a todos os discentes através de didáticas inclusivas e da qualidade do ensino mediante currículos apropriados, modificação das organizações, novas estratégias de ensino, recursos e novas parcerias com a sociedade. (VELTRONE; MENDES; 2008, p. 24)

Veltrone e Mendes (2008) afirmam ainda que o sucesso da inclusão escolar vai depender diretamente do trabalho pedagógico do professor e que para tanto ele precisa investir em sua formação continuada, para assim se qualificar e responder às diferentes necessidades de seus alunos, propondo assim situações mais satisfatórias no ensino. Além disso, para Mendes (2004, p. 277) “Uma política de formação de professores é um dos pilares para a construção da inclusão escolar, pois a mudança requer um potencial instalado, em termos de recursos humanos, em condições de trabalho para que possa ser posta em prática”.

Em suma, a formação continuada dos professores deve trabalhar de acordo com a temática da diferenciação e do tratamento singular de seus alunos conforme suas especificidades, diversidades e necessidades educacionais que não poderão estar pautadas na exclusão desses alunos no processo de escolarização (MENDES, 2004), mas na sua inclusão no contexto educativo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os autores mencionados apontam o despreparo dos professores ao receberem os alunos com deficiência(s) na sala de aula como uma das principais barreiras para a efetiva inserção

desses estudantes no sistema regular de ensino. Eles acreditam que o professor, no contexto da educação inclusiva, necessita de preparo para lidar com as diferenças, com a singularidade e a diversidade de todos os alunos.

Os desafios para o profissional docente continuar sua prática atualizada leva em conta condições necessárias para potencializar seus aprendizados e minimizar suas fragilidades. O conhecimento permite o desenvolvimento de relações de trabalho (teoria e prática) mais eficazes. O professor constrói sua formação sendo necessário investimentos em tempo, dinheiro, disposição, entre outros. Por essa razão é fundamental a valorização do profissional docente com suas experiências e continuidade do saber, através da formação continuada e permanente, na qual era de grande relevância que as secretarias municipais oferecessem oportunidades de aperfeiçoamento a esses profissionais.

A partilha e a troca de saberes em espaços de formação possibilita um enriquecimento do desempenho do profissional docente na sala de aula, assim como a ampliação das reflexões acerca da realidade de trabalho vivenciada no chão da escola pública. Desse modo, os autores apontam a necessidade de que o professor seja capaz de refletir sobre sua prática e direcioná-la segundo a realidade em que atua, voltadas aos interesses, a aprendizagem e as necessidades dos alunos.

Nesse contexto de inclusão, o aperfeiçoamento do conhecimento pelo docente, sua atuação e intervenção pedagógica com embasamento científico - como lidar, ensinar, aprimorar, sugerir e mediar aprendizagem dos alunos, a fim de possibilitar avanços significativos na inclusão deles - são capazes de orientar a evolução dos educandos e vivenciar em sala de aula as potencialidades, os ganhos individuais e as aquisições coletivas da aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento profissional começa na graduação, passando por processos contínuos de formações continuadas. Juntam-se a isso os conhecimentos prévios, que compõem as experiências, descobertas, relações socioafetivas de todos os sujeitos. Assim, torna-se necessário a constante atualização dos profissionais, os quais devem estar sempre dispostos a buscarem o conhecimento, inclusive ressignificando os já consolidados.

A literatura entra como suavizador do processo de formação de novas aprendizagens, mostrando por meio do levantamento bibliográfico as possíveis e prováveis descobertas em sala de aula, em que o professor conhece as desigualdades e propõem os estímulos significativos de leituras e releituras que podem levar a aprendizagem significativa.

O profissional educador é o grande responsável pela forma como o processo educativo irá acontecer, uma vez que ele norteará o caminho que será trilhado pelo estudante. Por isso, é tão importante que haja a mobilização da teoria e a qualificação da prática docente, proporcionando o desenvolvimento das potencialidades das crianças e adolescentes com deficiências.

Assim, para que haja uma prática educativa essencialmente inclusiva é necessário que haja formações continuadas de qualidade e vivências educativas que levem em consideração as especificidades de todos os alunos, os quais devem ser respeitados e incluídos no contexto educativo, assim como devem ser suas habilidades físicas, cognitivas e sociais desenvolvidas e potencializadas em busca de uma educação verdadeiramente para todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.146/2015 que institui o **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Planalto. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 15 de agosto de 2023.

BRASIL. Lei no 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em 10 de ago. de 2023.

CORREA, W. ; MINETTO, MARIA DE FATIMA ; KRUSZELSKI, L. ; KOBREN, R. C. . **Parental Beliefs on Child Development of Children with Developmental Delays**. PAIDÉIA (USP. ONLINE), v. 29, p. 21, 2019.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa G. K. Caminhos pedagógicos da educação especial, Petrópolis:Vozes,2004.

KHATER, Eduardo. Escala diagnóstica adaptativa operacionalizada de autorrelato para adolescentes. PUC-Campinas,2014.

KOBREN, Rafaeli Cappellaro; CORREA, Wesley; MINETTO, Maria de Fatima. **Um olhar para a criança com deficiência sob a perspectiva da complexidade.** In: Complexidade e educação: diálogos epistemológicos transformadores. Curitiba: CRV, 2017.

LEONEL, W. H. dos S.; LEONARDO, N. S. T. **Concepções de professores da educação especial (APAEs) sobre a aprendizagem e desenvolvimento do aluno com deficiência intelectual:** um estudo a partir da teoria vigotskiana. Rev. bras. educ. espec., Marília, v. 20, n. 4, p. 541-554, dez. 2014.

LUDWIG, Antonio Carlos Will. **Fundamentos e prática de metodologia científica.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 123.

MARLI, André (Org.). **O Papel da Pesquisa na Formação e na Prática dos Professores.** 8. Ed. São Paulo: Papirus, 2008 (Série Prática Pedagógica).

MAZZOTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil:** história e políticas públicas. São Paulo. Cortez, 2001.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33. 2004. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a02.2017.

NUNES, Terezinha; BUARQUE, Lair; BRYANT, Peter. **Dificuldades na Aprendizagem de Leitura:** Teoria e Prática. São Paulo: Saraiva, 2001.

VELTRONE, A. A. **A inclusão escolar sob o olhar dos alunos com deficiência mental.** 2008. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2008.